



A (IN)VISIBILIDADE DA MULHER CAMPONESA NAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS: CONSTRUÇÃO DE UM ESTADO DO CONHECIMENTO*

THE (IN)VISIBILITY OF PEASANT WOMEN IN ACADEMIC PRODUCTIONS: CONSTRUCTION OF A KNOWLEDGE STATE

Raiane Torres da Silva¹

Lindercy Francisco Tomé de Souza Lins²

Resumo: Os estudos científicos referentes às mulheres rurais costumam reforçar seu papel dentro das propriedades, dando ênfase sobretudo às condições das trabalhadoras não remuneradas e pouco valorizadas. Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo analisar, por meio de um estado do conhecimento, as pesquisas acadêmicas em torno das trabalhadoras rurais, buscando compreender o papel atribuído a essas mulheres. Trata-se de um estudo do tipo estado do conhecimento sobre as trabalhadoras rurais. A abordagem elencada é qualitativa, de natureza exploratória e descritiva. Os dados foram coletados no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, utilizando os descritores “Mulher camponesa”, “Trabalho rural” e “Trabalhadoras”. Adotamos como recorte temporal o espaço de 2016-2020. No total, obtivemos 9 produções para a análise, sendo 2 teses e 7 dissertações. No geral, as pesquisas se limitaram a discutir a atuação dos movimentos sociais perante os anseios das mulheres trabalhadoras rurais. A produção do estado do conhecimento nos possibilitou conhecer os principais enfoques acerca da temática pesquisada e, a partir disso, lançar novas perspectivas de discussão.

Palavras-chave: Estado do conhecimento. Trabalhadoras rurais. Mulheres.

Abstract: Scientific studies referring to rural women tend to reinforce their role within the properties, emphasizing above all the conditions of unpaid and undervalued workers. In this sense, this research aims to analyze, through a state of knowledge, academic research on rural workers, seeking to understand the role assigned to these women. This is a state-of-the-knowledge study on female rural workers. The listed approach is qualitative, exploratory and descriptive in nature. Data were collected from the CAPES Catalog of Theses and Dissertations, using the descriptors “Peasant woman”, “Rural work” and “Workers”. We adopted the 2016-2020 space as a time frame. In total, we obtained 9 productions for analysis, 2 theses and 7 dissertations. In general, the research was limited to discussing the role of social movements in the face of the wishes of rural women workers. The production of the state of knowledge allowed us to know the main focuses on the researched theme and, from that, launch new perspectives for discussion.

Keywords: State of knowledge. Rural workers. Women.

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3047-9545>. E-mail: raianetorre1@gmail.com.

² Docente da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7344-8250>. E-mail: lindercylins@uern.br.

* Artigo recebido em 03 de julho de 2022. Aceito para publicação em 01 de dezembro de 2022.

Introdução

No campo, as mulheres desempenham inúmeros e importantes papéis (CARNEIRO, 1994), no entanto, debates em torno dessas questões são escassos. Os estudos referentes às mulheres rurais reforçam seu papel dentro das propriedades, dando ênfase sobretudo às condições das trabalhadoras não remuneradas e pouco valorizadas. Ainda que pesquisas desse cunho sejam relevantes, é importante enxergar a mulher rural e suas múltiplas facetas, bem como sua atuação na política e nos debates em torno das questões de gênero, por exemplo (SILVA; SCHNEIDER, 2010).

Trata-se, aqui, de uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória e descritiva. Para Minayo (2010, p. 18), pesquisas qualitativas buscam responder questões particulares das Ciências Sociais, não tendo a quantificação dos dados como pressuposto. Na concepção da autora, “toda investigação se inicia por um problema com uma questão, com uma dúvida ou com uma pergunta, articuladas a conhecimentos anteriores, mas que também podem demandar a criação de novos referenciais”. Desse modo, questionamos: como a mulher camponesa é apresentada nas pesquisas acadêmicas de nível mestrado e/ou doutorado? Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo analisar as pesquisas acadêmicas em torno das trabalhadoras rurais, buscando compreender o papel atribuídos a essas mulheres.

Por se tratar de um estado do conhecimento, a busca foi realizada em apenas um setor de publicação – o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Devido ao limite de páginas estabelecidos para um artigo científico, adotamos como recorte temporal o espaço de 2016 a 2020. Vale citar que, no momento da busca – 01 a 07 de julho de 2021 –, ainda não existiam trabalhos referentes ao ano de 2021.

O referido banco de dados foi selecionado em razão do significativo número de trabalhos armazenados, de diversas áreas de conhecimento. Assim, esta pesquisa nos possibilitou rastrear o que já foi construído servindo de orientação na construção pesquisa bibliográfica acerca do objeto de pesquisa. No total, obtivemos 9 pesquisas sobre as trabalhadoras rurais, sendo 2 teses e 7 dissertações. Para catalogar as informações colhidas, foram lidas e analisadas na íntegra as pesquisas selecionadas.

Quanto à estrutura do artigo, dividimo-nos em 3 seções, que, de forma articulada, buscam atingir o objetivo da pesquisa. Na primeira seção, escrevemos acerca dos povos inferiorizados na história. Aqui, consideramos a mulher trabalhadora rural como uma categoria vista como “subalterna” da nossa história; na segunda, sistematizamos os procedimentos realizados para a coleta dos dados; e, na terceira, apresentamos os resultados e a discussão das informações colhidas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

A (in)visibilidade dos grupos subalternos

A pergunta trazida no título da obra da indiana Gayatri Chakravorty Spivak, “*Pode o Subalterno Falar?*”, carrega uma série de interpretações e reflexões acerca dos povos silenciados e/ou inferiorizados pela sociedade. Para Spivak (2010, p. 12), um sujeito subalterno é aquele pertencente “às camadas mais baixas da sociedade constituída pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante”. Logo, trabalhadores, povos indígenas, afro-brasileiros e mulheres estão vistos como subalternos e marginalizados, e suas histórias, quando escritas e contadas, são apresentadas sob a visão do olhar dominante.

Sobre a inferioridade do gênero feminino, Spivak (2010, p. 15) reflete que a “mulher como subalterna não pode falar e quando tenta fazê-lo não encontra os meios para se fazer ouvir”. Esse silenciamento em torno da mulher também é enfatizado por Louro (1997, p. 17) quando menciona que “a segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas tivera como consequência a sua ampla invisibilidade como sujeito – inclusive como sujeito da Ciência”. Tal invisibilidade foi construída e disseminada pelos povos dominadores que pensam a mulher de forma homogênea. Conforme frisa Louro (1997, p. 17), “é preciso notar que essa invisibilidade, produzida a partir de múltiplos discursos que caracterizaram a esfera do privado, o mundo doméstico, como o ‘verdadeiro’ universo da mulher, já vinha sendo gradativamente rompida, por algumas mulheres”.

Para Bourdieu (2002), a divisão entre os sexos está presente na sociedade, sendo muitas vezes enxergada como um processo natural e inevitável. O autor apresenta o conceito de dominação masculina, o qual o define como sendo uma violência simbólica, invisíveis a suas próprias vítimas, sendo exercida nos múltiplos espaços públicos e privados. Bourdieu (2002) ressalta que essa dominação masculina deveria ser o principal foco das lutas feministas.

No campo, os discursos de dominação masculina também são disseminados. Aos homens são atribuídas as tarefas de produzir alimentos, enquanto a mulher deve desenvolver atividades domésticas e cuidar daquilo que já foi produzido pelo homem (cuidar do que já foi plantado). O homem passa a ser enxergado como ativo, responsáveis por tarefas físicas e a mulher passiva, conforme ressalta Shiva (2001, p. 68):

Se o monopólio dos homens que eram considerados responsáveis pela produção; as mulheres ocupavam-se apenas da reprodução ou recreação que, em vez de serem tratadas como produção renovável, eram vistas como não produtivas. A atividade, enquanto puramente masculina, foi concebida com base na dissociação entre a terra e a semente, e a associação de uma terra inerte e vazia com a passividade feminina.

As atribuições de papéis e tarefas designadas às mulheres também são questionadas por Louro (1997). Para a autora, não existe uma “vocação” estabelecida para cada sexo. No entanto, essas ideias continuam sendo disseminadas na sociedade, inclusive no campo científico, onde é possível notar uma inferiorização e uma homogeneidade em relação ao “outro”; no entanto, sabemos que esses sujeitos são distintos com características múltiplas, conforme destaca Spivak (2010, p. 57), “o sujeito subalterno colonizado é irremediavelmente heterogêneo”.

Desse modo, enxergamos como emergente uma discussão em torno dos subalternos. É chegado o momento de os subalternos serem ouvidos e narrarem sua verdadeira história. Quando os povos subalternos entram em cena no âmbito acadêmico, uma história começa a ser re(escrita), dessa vez pautada na pluralidade.

Estado do conhecimento: caminhos e pressupostos para sua construção

No Brasil, nos últimos 15 anos, notamos um aumento significativo nas pesquisas acadêmicas, oriundo sobretudo da ascensão de cursos de graduação e de pós-graduação (FERREIRA, 2002). Nesse sentido, algumas temáticas de estudo estão se tornando escassas, e outras repetidas. Assim, pesquisadores estão recorrendo a pesquisas do tipo estado do conhecimento com a finalidade de realizar uma busca bibliográfica acerca do seu objeto. As pesquisas do tipo estado do conhecimento apresentam cunho bibliográfico. Para Ferreira (2002, p. 258), essas pesquisas

[...] são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado.

Através desse estado do conhecimento buscamos compreender e analisar o que tem sido produzido a respeito das mulheres rurais, de maneira a ampliar os horizontes para o que ainda pode ser analisado; observar quais os espaços atribuídos aos sujeitos desta pesquisa, percebendo as contribuições prescritas pelas produções já publicadas.

A pesquisa foi realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES no período de 01 a 07 de julho de 2021. Segundo Ferreira (2002, p. 261), os catálogos desenvolvem um importante papel, pois “catálogos criam condições para que maior número de pesquisadores interessados em temas afins estabeleçam um primeiro contato, possibilitando circulação e intercâmbio entre a produção construída e aquela a construir”. Sobre o catálogo da CAPES, a autora informa que

[...] trazem os títulos das dissertações de mestrado e teses de doutorado, mas também os dados identificadores de cada pesquisa quanto aos nomes do autor e do orientador, do local, data da defesa do trabalho, da área em que foi produzido. Os dados bibliográficos são retirados das dissertações de mestrado e das teses de doutorado para serem inseridos nos catálogos (FERREIRA, 2002, p. 261).

Quanto aos descritores, utilizamos “*Mulher camponesa*”, “*Trabalho rural*” e “*Trabalhadoras*”. Os termos foram inseridos no local de busca entre aspas (“”) e separados por ponto e vírgula (;). Na primeira busca, com esses descritores, foram encontrados 1857 trabalhos relacionados ao tema. Visto o número grandioso de produções, realizamos dois filtros: no primeiro delimitamos o recorte temporal (2016-2020); e no segundo, Grande Área do Conhecimento (Ciências Humanas), condensando para 184 ocorrências. Com esse segundo filtro, desconsideramos as demais áreas de conhecimento por não estudarem como prioridade a trabalhadora rural sob a perspectiva social e heterogeneizada. Bourdieu (2002) frisa que constantemente mulheres são categorizadas de forma homogênea. Nesse sentido,

o princípio da inferioridade e da exclusão da mulher, que o sistema mítico-ritual ratifica e amplia, a ponto de fazer dele o princípio de divisão de todo o universo, não é mais que a dissimetria fundamental, a do sujeito e do objeto, do agente e do instrumento, instaurada entre o homem e a mulher no terreno das trocas simbólicas, das relações de produção e reprodução do capital simbólico (BOURDIEU, 2002, p. 27).

Verificamos que algumas das 184 ocorrências não exibiam ligação com o objeto de pesquisa. Algumas discutiam a inserção do trabalho da mulher em diversas áreas como costura, doméstica, docência. Embora debates sobre essas temáticas sejam de total relevância, distanciam-se do interesse desta pesquisa. Ao estabelecer o meio rural como campo de atuação, alguns trabalhos foram descartados por apresentarem o meio urbano como área de concentração.

Vale ressaltar que, das 184 ocorrências mencionadas, algumas constaram a informação “Trabalho anterior à Plataforma Sucupira”, não apresentando nem o resumo para a leitura. Em outras, não continha a temática trabalhadora rural no título ou, ainda, não fizeram nenhuma relação com os descritores empregados para a busca. Das produções condensadas posteriores aos dois filtros, apenas 9 foram consideradas para a análise, as quais seguem descritas abaixo (quadro 1) – da mais antiga para a mais atual.

Quadro 1: Teses e Dissertações selecionadas para a análise.

Autor (a)/ Título	Instituição/ Tipo de Trabalho/Área do programa	Ano
1. SILVA, Camilla de Almeida. “O que a gente quer para um, a gente quer pro outro”: uma análise sobre as questões de gênero e a agenda política dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na fruticultura irrigada do polo Petrolina/PE-Juazeiro/BA	Universidade Federal de Campina Grande Dissertação Ciências Sociais	2016
2. PIRES, Silvana Maciel. A atuação da associação de mulheres trabalhadoras rurais no contexto das políticas de segurança alimentar e a constituição de novas territorialidades em Santaluz – Bahia	Universidade Estadual de Feira de Santana Dissertação Planejamento Territorial	2016
3. FERNANDES, Alexsandra de Souza. Saúde Mental e políticas públicas: um estudo com mulheres rurais no município de Mairi – BA	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia Dissertação Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social	2017
4. GALINDO, Erika Danielle Silva. Pois, sem mulher a luta vai pela metade: a participação das mulheres jovens trabalhadoras rurais e as repercussões no sindicalismo	Universidade de Brasília Dissertação Sociologia	2017
5. GOMES, Rita de Cassia Machiarei. Narrativas de si em movimento - uma genealogia da ação política de mulheres trabalhadoras rurais do sul do Brasil	Universidade Federal de Santa Catarina Tese Psicologia	2017
6. VIEIRA, Iasmim de Araújo. “A Estrada da Sabedoria”: a produção de conhecimento no interior do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural no Nordeste (MMTR/NE)	Universidade Estadual de Campinas Dissertação Sociologia	2017
7. ZARZAR, Andrea Lorena Busto. Movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil: a construção do sujeito feminista	Universidade Federal de Pernambuco Tese Sociologia	2017
8. SANTOS, Cristiane Nascimento. Desafios da participação das mulheres no sindicalismo rural no território Chapada Diamantina: Elaboração de guia orientador com foco nas questões de gênero	Universidade Estadual de Feira de Santana Dissertação Planejamento Territorial	2018
9. SOUZA, Eleuza. A participação das trabalhadoras agricultoras no STTR/Cametá: trajetória histórica, lutas e constituição da mulher em ser social	Universidade Federal do Pará Dissertação Educação	2019

Fonte: Elaborada pelos autores (2021)

Embora tenhamos utilizado o filtro temporal compreendido no período de 2016 a 2020, o ano de 2017 apresenta o maior número de pesquisas (5), enquanto 2020 não teve trabalhos selecionados para análise. Nas pesquisas analisadas, destacaram-se como palavras-chave “Trabalhadoras rurais”, “mulheres rurais” e “sindicalismo rural”. Notamos que os 2 primeiros termos se assemelham com os descritores utilizados na elaboração do estado do conhecimento. Quanto aos teóri-

cos identificados nos trabalhos, quando mencionados, Maria José Carneiro (1994) encontra-se como a autora mais citada. A referida autora discute o papel desempenhado pelas mulheres trabalhadoras rurais, bem como suas principais reivindicações e estratégias de resistência.

Proposições acerca das teses e dissertações selecionadas para a análise

A busca realizada no Catálogo da CAPES nos possibilitou conhecer os principais enfoques acadêmicos estabelecidos para a mulher trabalhadora rural. A seguir, discorreremos brevemente sobre as teses e dissertações selecionadas para compor esse estado do conhecimento, apresentando aspectos como objetivos, procedimentos metodológicos e os principais resultados.

Em sua dissertação, Silva (2016) analisa em que sentido os Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do polo Petrolina/PE-Juazeiro/BA atuam nas demandas e questões “específicas” das mulheres trabalhadoras rurais sindicalizadas. A pesquisa foi desenvolvida a partir da observação direta, com realização de entrevistas semiestruturadas e pesquisa documental. Como resultado, foi possível notar que os interesses das mulheres rurais são inseridos nas pautas dos sindicatos. Entretanto, ainda existe um árduo caminho para que essas trabalhadoras rurais sejam ouvidas pela sociedade, em especial, na classe política.

Pires (2016) discutiu acerca das trabalhadoras rurais atreladas à Associação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Agricultura Familiar (AMMTRAFAS) no contexto do município de Santaluz na Bahia, destacando as mudanças ocorridas na vida dessas mulheres após sua participação. Quanto aos procedimentos metodológicos, a autora adotou as abordagens qualitativa e quantitativa e utilizou como instrumentos para coletar e sistematizar informações a pesquisa bibliográfica e documental, a observação participante, a aplicação de questionários e a realização de entrevistas. A dissertação concluiu que a inserção das agricultoras nesses programas contribuiu de forma significativa para geração de emprego e renda. A atuação da AMMTRAFAS serviu ainda para a valorização e o fortalecimento das mulheres trabalhadoras rurais.

A dissertação de Fernandes (2017) teve como objetivo identificar os fatores que podem levar as mulheres trabalhadoras rurais do Município de Mairi, no Estado da Bahia, a desenvolverem um quadro de transtorno mental. Para isso, adotou-se como método de pesquisa o estudo de caso. Os resultados evidenciaram que mulheres trabalhadoras rurais apresentam elevado grau de ansiedade, chegando, em alguns casos, a desenvolver depressão. Dentre os fatores responsáveis estão a falta de atendimento médico e psicológico na zona rural, que as obriga a se deslocar até a zona urbana para realizar uma consulta, além da dura

jornada de trabalho, com baixa remuneração e valorização. Apesar disso, as entrevistadas relataram satisfação com o trabalho de lavradoras, uma vez que contribuem com a renda da casa.

Galindo (2017) analisou a participação das jovens trabalhadoras rurais no sindicalismo e sua repercussão para a ação sindical, no âmbito da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG). A metodologia adotada na pesquisa foi o uso de narrativas bibliográficas de 3 dirigentes sindicais, as quais desempenharam a função de Secretárias de Jovens Trabalhadoras Rurais da CONTAG no período de 2001 a 2017. Foi possível compreender por meio dessas narrativas as principais possibilidades e sentidos do sindicalismo e do trabalho rural na vida dessas mulheres. A pesquisa evidenciou o movimento sindical como uma instituição que possibilita a inserção dessas mulheres camponesas em assuntos ligados à política e à igualdade de gênero.

A tese de Gomes (2017) apresentou como objetivo geral levantar discussões em torno das questões de gênero e ruralidade, tendo como sujeito de pesquisa mulheres trabalhadoras rurais participantes de movimento social do campo da região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Na pesquisa, adotaram-se narrativas de vida dessas mulheres como metodologia. Gomes (2017) evidenciou que, por meio de lutas e embates, a participação dessas mulheres nos movimentos sociais resultou em avanços e conquistas, sobretudo na identificação da mulher enquanto trabalhadora rural, além do acesso aos benefícios e programas sociais.

Vieira (2017) investigou a produção de conhecimento no interior do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR/NE). Para isso, analisou a formação política da Escola de Educadoras Feministas (EEF). Esse curso é ofertado desde 2004 a mulheres camponesas e tem como objetivo discutir o feminismo nas zonas rurais. A metodologia aplicada considerou a observação e a participação nessas formações nos estados que compõem a Região Nordeste, bem como entrevistas com algumas das participantes. A dissertação evidenciou a identificação dessas mulheres camponesas com o que a autora chama de feminino rural, sobretudo no que se refere à autonomia financeira, à união feminina e ao pertencimento ao meio e às atividades rurais.

Os movimentos sindicais e o feminismo rural também foram objetos de pesquisa da tese de Zarzar (2017). A referida autora buscou refletir sobre a atuação do feminismo nos movimentos sociais de mulheres rurais. Como metodologia, empregaram-se a revisão de literatura, uma pesquisa documental nos acervos dos movimentos selecionados e entrevistas semiestruturadas realizadas com mulheres que atuam nesses movimentos. Como resultado, foi possível notar que as mulheres camponesas que participam de movimentos sociais rurais se envolvem em pautas coletivas como agroecologia, soberania alimentar, agricultura familiar e economia feminista.

Santos (2018) analisou as questões de gênero no meio rural e as possíveis implicações que essas discussões podem trazer. Dessa forma, a autora da dissertação recorreu às lideranças femininas do Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STRs) no âmbito dos municípios que compõem o Território de Identidade Chapada Diamantina, com o propósito de identificar o perfil dessas líderes sindicais. Os resultados observados foram que essas mulheres são em sua maioria jovens; dividem as atividades domésticas com outro membro na residência; algumas delas tiveram acesso ao Ensino Superior; e orgulham-se de desenvolverem tarefas no meio rural.

Por fim, a dissertação de Souza (2019) teve como finalidade analisar a participação da mulher trabalhadora agricultora nos movimentos sindicais. Em aspectos metodológicos, a pesquisa se orientou pela abordagem qualitativa, utilizando-se de técnicas de levantamento de dados, tais como a revisão da literatura e a análise documental. Dentre os documentos analisados encontram-se os registros das reivindicações femininas junto ao STTR/Cametá. Como resultado, evidenciou-se que dentre as conquistas das trabalhadoras rurais nessas entidades estão: auxílio-doença, auxílio maternidade e pensão por morte, bem como projetos de renda. O STTR é capaz de promover ainda uma emancipação financeira e política das mulheres rurais.

Uma peculiaridade dessas pesquisas é o fato de elas serem escritas por mulheres, logo, vemos mulheres escrevendo sobre outras mulheres. Tal fato é semelhante ao defendido por Louro (1997) quando ressalta que, diante do silenciamento em torno da história feminina, mulheres buscam (re)escrever suas histórias. Desse modo, “há uma disposição para que pesquisadoras mulheres se ocupem em discutir ou construir uma História, uma Literatura, ou uma Psicologia *da mulher*” (LOURO, 1997, p. 18). Pesquisadoras que deram vozes àquelas que historicamente eram silenciosas e silenciadas, “focalizaram áreas, temas e problemas que não habitavam o espaço acadêmico, falaram do cotidiano” (LOURO, 1997, p. 19).

Notamos que o maior número dos trabalhos de mestrado e doutorado envolvendo o trabalho e a mulher camponesa estão associados à resistência desse grupo, destacando sobretudo a atuação dos sindicatos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Essas instituições desempenham, dentre outros papéis, o de porta voz de um povo que constantemente é diminuído ou silenciado da nossa sociedade. Ao ingressarem nos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, as mulheres buscam muito além de um representante trabalhista legal, mas enxergam na instituição uma oportunidade para atuar diretamente em assuntos ligados à política, a direitos e a melhores condições de trabalho, a direitos das mulheres e à igualdade de gênero.

Carneiro (1994) frisa que a participação das mulheres nos movimentos sociais no campo torna uma característica singular na década de 1980, quando foram realizados encontros com foco nas questões femininas e o meio rural. A autora destaca que as principais reivindicações das mulheres do campo estão as relacionadas à condição socioeconômica e às reivindicações pela cidadania.

Nas pesquisas de Pires (2016), Fernandes (2017), Gomes (2017), Vieira (2017) e Santos (2018), foi possível notar ainda um sentimento de orgulho de pertencer e trabalhar no campo. Tal sensação é assinalada em menções como: “Eu sou mulher, sou nordestina e tenho muito orgulho, sou de Pernambuco e tenho orgulho” (VIEIRA, 2017, p. 147). Desse modo, essas mulheres sentem vaidade daquilo que historicamente foi encarado como ruim, como inferior, como subordinado.

Os trabalhos analisados apresentam áreas de atuações distintas (Sociologia, Planejamento territorial, Psicologia, Educação, Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social), o que nos leva a refletir sobre o leque de possibilidades acerca das discussões em torno da trabalhadora rural.

Considerações finais

Neste artigo, apresentamos uma pesquisa do tipo estado do conhecimento a respeito das mulheres trabalhadoras rurais com o objetivo de apresentar um levantamento bibliográfico acerca da temática. A pesquisa nos possibilitou conhecer os eixos mais e/ou menos explorados do nosso objeto de pesquisa, e, a partir disso, elencamos novas perspectivas de discussão e atenção a serem dadas nos diferentes espaços.

Após a análise dos 9 trabalhos selecionados para a pesquisa, percebemos que a temática se apresenta timidamente nas esferas acadêmicas. Esse fato pode ser resultado da escrita dos povos dominantes, aos quais permeiam nossa história. De maneira geral, parte significativa das autoras apontaram a importância dos movimentos sindicais nas reivindicações dos direitos dessas trabalhadoras rurais. Logo, foi possível notar que essa instituição serve como porta voz dessas mulheres que cotidianamente são silenciadas pela sociedade.

Realizar esse tipo de pesquisa foi essencial, visto que há uma diversidade de caminhos pelos quais as trabalhadoras rurais foram e podem ser investigadas, bem como inferir que ainda são relativamente poucas as produções acadêmicas sobre o tema, considerando a plataforma pesquisada – Catálogo da Teses e Dissertações da CAPES – e o quantitativo de produções coletadas. Além disso, é importante considerar a importância que o estado do conhecimento gera, expandindo a nossa visão acerca das produções indexadas.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2ª edição, 2002.

CARNEIRO, Maria José. **Mulheres no campo**: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. Estudos Sociedade e Agricultura, 1994.

FERNANDES, Alexsandra de Souza. **Saúde mental e políticas públicas: um estudo com mulheres rurais no município de Mairi – BA**. 2017, 106 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, 2017.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Educação & Sociedade**, Campinas, ano XXIII, n. 79, p. 257-272, ago. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf> Acesso em: 30 jun. 2021.

GALINDO, Eryka Danyelle Silva. **Pois, sem mulher a luta vai pela metade: a participação das mulheres jovens trabalhadoras rurais e as repercussões no sindicalismo**. 2017, 162 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

GOMES, Rita de Cassia Maciazeki. **Narrativas de si em movimento: uma genealogia da ação política de mulheres trabalhadoras rurais do sul do Brasil**. 2017, 231 f. Tese (doutorado em Psicologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

PIRES, Silvana Maciel. **A atuação da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais no contexto das políticas de segurança alimentar e a constituição de novas territorialidades em Santaluz – Bahia**. 2016, 170 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento Territorial Instituição de Ensino) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2016.

SANTOS, Cristiane Nascimento. **Desafios da participação das mulheres no sindicalismo rural no território Chapada Diamantina: elaboração de guia orientador com foco nas questões de gênero**. 2018, 110 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento Territorial Instituição de Ensino) - Universidade Estadual de Feira De Santana, Feira de Santana, 2018.

SHIVA, Vandana. **Biopirataria**: a pilhagem da natureza e do conhecimento. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

SILVA, Camilla de Almeida. **“O que a gente quer para um, a gente quer pro outro”**: uma análise sobre as questões de gênero e a agenda política dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na fruticultura irrigada do polo Petrolina/PE-Juazeiro/BA. 2016, 218 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2016.

SILVA, Carolina Braz de Castilho; SCHNEIDER, Sérgio. Gênero, trabalho rural e pluratividade. In: SCOTT, P. ; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Mulheres, 2010.

SOUZA, Eleuza de. **A participação das trabalhadoras agricultoras no STTR/Cametá: trajetória histórica, lutas e constituição da mulher em ser social**. 2019, 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura) - Universidade Federal do Pará, Cametá, 2019.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

VIEIRA, Iasmim de Araújo. **“A Estrada da Sabedoria”: a produção de conhecimento no interior do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural no Nordeste (MMTR/NE)**. 2017, 197 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

ZARZAR, Andrea Lorena Butto. **Movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil: a construção do sujeito feminista**. 2017, 300 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.